



ESCOLA RURAL MUNICIPAL NESTOR REIS DO MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA-PR: MEMÓRIAS ESCOLARES¹

Sandra Mara Lutes²
Valéria Schena³

RESUMO

Este estudo tem por finalidade contribuir com os estudos sobre instituições escolares no Paraná. O objetivo geral concentra-se em identificar a didática utilizada nas escolas rurais da Rede Municipal de Ensino de Porto Vitória- PR, procurando averiguar a organização escolar, junto às relações estabelecidas com a comunidade. Destaca-se que as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras nas escolas rurais, com classes multisseriadas, era uma tarefa para além do currículo, onde a função de ensinar se misturava com as tarefas oriundas da merenda escolar e da limpeza da escola. Para tanto tem-se como base os documentos oficiais, como forma de descrever a cultura escolar permeada entre os anos de 1950 e 1990. Este recorte temporal justifica-se pelo fato de ser um período em que a educação passou por momentos importantes de mudanças na legislação educacional. A interlocução teórica pauta-se nos estudos da cultura escolar, averiguando assim a apropriação da didática utilizada pelas professoras primárias, além das representações indicadas pelo Estado do Paraná através da legislação da época, e dos materiais didáticos. Através da consulta às fontes, foi possível averiguar que aquelas oriundas da legislação representam que a história da escola se escreve também a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, ou seja, que provém de um conjunto de dados que auxiliam na composição do Estado em conformar o aparelho escolar. E as fontes provenientes das práticas escolares discutem sobre os elementos da cultura escolar, indicando assim que a escola é produtora de uma cultura escolar específica, produzindo um espaço de convivência de culturas e aprendizagens.

Palavras-chave: Escolas rurais em Porto Vitória-PR, Cultura escolar, Representações dos documentos e materiais didáticos.

INTRODUÇÃO

O foco da presente pesquisa é compreendermos como foi constituído o processo e organização de ensino das escolas multisseriadas. Estas eram comuns numa ocasião em que a

¹ A apresentação do trabalho neste evento tem o apoio da Fundação Araucária do Paraná.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná - campus de União da Vitória - PR. sandramarlutes@gmail.com;

³ Doutora em Educação, Professora da UNESPAR, campus União da Vitória. Membro dos grupos de pesquisa: História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional – GEPHIED- (UEPG) e GEPPRAX- (UNESPAR/UV). Pesquisadora da área de História da Educação e Formação de Professores. E-mail: valeria.schena@unespar.edu.br.

prática de ensino era voltada a desenvolver as habilidades, no antigo ensino primário, ou seja, a professora via-se diante de uma única sala de aula trabalhando todas as séries.

Neste sentido ressalta-se ser de extrema valia, para a história da educação brasileira, pesquisarmos acerca das escolas multisseriadas do campo, no Município de Porto Vitória – Paraná, pois trata-se de apresentar uma análise do passado das escolas multisseriadas, além de discutir sobre a função social que essas instituições e esses sujeitos cumprem nos diferentes territórios das escolas do campo.

A motivação para a escolha do tema foi a falta de registro sobre o andamento das escolas do campo e suas práticas pedagógicas, o cotidiano do professor e sua metodologia. Sem o tempo, a história não existe; não obstante, o tempo se opõe e acaba apagando da memória os fatos importantes que não foram registrados. Para Le Goff (1990) a história veio antes da escrita, e nas sociedades sem escrita a história foi construída por meio da memória. Memórias vivas, que se transformaram em história escrita; memória (ou memórias), da qual se fez uso para a realização desta pesquisa por meio da metodologia da história oral.

O objetivo do presente estudo concentra-se em identificar a didática utilizada nas escolas rurais da Rede Municipal de Ensino de Porto Vitória- PR, procurando averiguar a organização escolar junto às relações estabelecidas com a comunidade.

Destaca-se que as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras nas escolas rurais, com classes multisseriadas, era uma tarefa para além do currículo, onde a função de ensinar se misturava com as tarefas oriundas da merenda escolar e da limpeza da escola. Para tanto tem-se como base os documentos oficiais e depoimentos de ex-professores, como forma de descrever a cultura escolar permeada entre os anos de 1950 e 1990. Este recorte temporal justifica-se pelo fato de ser um período em que a educação passou por momentos importantes de mudanças na legislação educacional. A interlocução teórica pauta-se nos estudos da cultura escolar, averiguando assim a apropriação da didática utilizada pelas professoras primárias, além das representações indicadas pelo Estado do Paraná através da legislação da época, e dos materiais didáticos.

2 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA RURAL

Para analisarmos escolas rurais no Paraná, primeiro é necessário trazer de forma breve um pouco do histórico da Educação Rural no Brasil. Registramos que ao longo da nossa história o campo foi considerado o lugar do atraso, do pouco saber.

A escola multisseriada está presente desde o princípio da institucionalização da educação no Brasil, aparecendo de forma mais explícita na regulamentação do início do século XIX. A sua existência, em detrimento do sistema seriado, estava destinada aos locais com baixa densidade demográfica, mas também relacionada ao interesse em diminuir os custos com a educação (FARIAS, 2011). Essa lógica continua vigente até os dias atuais, tornando a escola multisseriada ainda presente no campo educacional brasileiro

A inexistência de uma política educacional para o meio rural, segundo afirma Cavalcante (2010), sempre esteve presente na história da educação brasileira. Com os processos de industrialização e, decorrente destes, a urbanização no século XX, coube ao meio rural, dentro desta concepção urbanocêntrica, produzir para garantir a alimentação destes conglomerados.

De acordo com registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até a década de 1940 a grande maioria da população brasileira vivia no campo. Nesse contexto, analisamos a contribuição da Educação Rural e das escolas multisseriadas, cuja principal finalidade era instrumentalizar os povos do campo, assegurando à comunidade o acesso aos conhecimentos básicos, cumprindo deste modo o papel para o qual fora criada.

Posteriormente ocorreu o processo de industrialização. Sendo assim, o povo do campo, com seus laços culturais e valores relacionados à vida na terra, vai redirecionando-se para as cidades, fato que ocasionou uma nova realidade em que na década de 1980 a porcentagem estava invertida, concentrando-se a maioria da população na zona urbana do Brasil. Para tanto, houve uma maior concentração de pessoas nas grandes cidades, posto que o povo do campo intentava uma oportunidade de trabalho, mais precisamente na região Sudeste, onde havia uma maior concentração de indústrias.



Evidencia-se que com o esvaziamento da população do campo, em meados dos anos de 1990 ocorreu o abandono do poder público junto às escolas do campo e muitas fecharam, enquanto outras resistem nos diferentes territórios, apesar de todo tipo de precarização à qual estão subordinadas. Este período ficou conhecido como nucleação, iniciada na década de 1990.

A nucleação consiste em agrupar várias escolas isoladas ou multisseriadas em uma escola central, ou escola polo, a fim de fornecer uma educação adequada para a concretização de uma educação eficiente (EMERICK, 2009). Na prática, a municipalização da oferta de ensino, ou seja, a transferência das matrículas da rede estadual para a rede municipal, é o marco inicial da descentralização política do sistema educacional (ARRETCHE, 2002). O processo de nucleação surge com o propósito de resolver os problemas mais graves, como as múltiplas funções dos professores e a precariedade do espaço físico.

D'Agostini, Taffarel e Santos Júnior (2012, p. 315) afirmam que “a escola multisseriada é uma realidade na educação no e do campo que não pode ser ignorada”. Os autores apontam que apesar do preconceito e da desqualificação desses estabelecimentos de ensino, eles podem tornar-se referência de qualidade se organizados em ciclos e princípios multidisciplinares. Ainda, eles cumprem importante função, uma vez que garantem o direito à escolarização próximo da residência das crianças, diminuindo o cansaço e os riscos associados ao transporte escolar.

As escolas multisseriadas caracterizam-se por apresentar organização escolar onde os alunos de diferentes idades ou séries estudam em uma mesma sala estando sob responsabilidade de um (a) mesmo (a) professor (a) que tem a função de ensinar todos os alunos, de acordo com o nível de aprendizagem que apresentam, denominadas, também, unidocentes (JANATA; ANHAIA, 2015). Esta organização implica um conjunto de particularidades para o trabalho docente e na relação entre os estudantes.

A escola do campo demandada pelos movimentos vai além da escola das primeiras letras, da escola da palavra, da escola dos livros didáticos. É um projeto de escola que se articula com os projetos sociais e econômicos do campo, que cria uma conexão direta entre formação e produção, entre educação e compromisso político. Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagem, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagem dos povos do campo [...] (SANTOS, 2012, p. 73).

De forma “contraditória, essa perspectiva ganha força com a expansão do agronegócio, que tem status de desenvolvimento” (FERNANDES, 2005). Consta nas Diretrizes Curriculares



da Educação do Campo, elaborada em 2006 pela Secretaria Estadual de Educação em parceria com os Movimentos Sociais e escolas públicas do campo para tornar-se um marco referencial da concepção de Educação do Campo, a diferenciação entre o que chamamos de Educação Rural e Educação do Campo:

A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Já a concepção de campo tem seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Nesta perspectiva, o campo é entendido como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. A imagem construída de que o campo é lugar do pouco conhecimento vem sendo reconstruída através da permanência das escolas no campo e da organização para que outras possam ser instituídas. (PARANÁ, 2006, p. 22).

As escolas isoladas marcaram a história da educação rural, pois nesse período, quem morava retirado da zona urbana não tinha nenhum outro acesso à educação formal se não fosse por meio dessas instituições, mesmo que precárias, tanto no aspecto material como pedagógico, que se destacam como o principal meio de alfabetização dos moradores das zonas rurais ou suburbanas.

2.1 A ESCOLA RURAL MUNICIPAL NESTOR REIS

O Município de Porto Vitória teve seu início com as expedições bandeirantes, um movimento à procura de novas riquezas, que por onde passava criava vilas, postos militares e abria novos caminhos para o comércio. Além dos obstáculos da natureza, as expedições enfrentaram problemas como: fome, fadiga e atritos com índios. Domingos Lopes Cascais, o primeiro europeu de que se tem notícia a chegar pelo rio Iguaçu a Porto Vitória, conhecido como Porto do Salto, em dezembro de 1768, não pôde continuar a navegação devido às corredeiras, que o impediam de continuar. (NEUBAUER, 2013).

A história das escolas rurais municipais de Porto Vitória mistura-se com a história de muitas escolas rurais multisseriadas brasileiras, cuja maioria de registros perdeu-se com o tempo, e sua história tornou-se de difícil acesso.

A Escola Rural Nestor Reis está situada na localidade da Colônia Espingarda em Porto Vitória. Foi inaugurada em setembro de 1951, recebendo este nome em homenagem ao proprietário da terra que fez a doação do terreno para a construção da Escola Rural. Cabe

ressaltar que muitos de seus registros não foram localizados na Secretaria Municipal de Porto Vitória, nem na Escola Nestor Reis.

Naquela época havia muitos moradores na localidade da Colônia Espingarda, Município de Porto Vitória, devido à construção de uma madeireira dos Irmãos Reis. A primeira escola construída nesse local foi feita de madeira, doada pelos pais dos alunos, e posteriormente foi construída a escola em alvenaria.

Professoras que ministraram aulas na escola entre os anos 1950 e1970:

Professora: Verônica Kukla Sass:1951 até 1959;

Professora: Elfrida Jatoski;

Professora: Dalila Kukla Soares;

Professora: Laci Briski : 1974;

Professor: Beto Sass.

Figura 1- Escola Rural Nestor Reis-1951.



Fonte: Professora Laci Briski.

A Escola Nestor Reis é mantida, atualmente, pela Prefeitura Municipal de Porto Vitória, tendo como área construída 100 m²; área livre: 486,25 m²; 1 sala de aula; e um turno de funcionamento, o período matutino.

Nas escolas do campo existia a predominância de um único professor que atendia diversas séries, dividindo o quadro ao meio e utilizando uma parte para cada série, o que de certo modo fragilizava o ensino das crianças, incutindo passar rapidamente por cada conteúdo,



sem observar se os alunos estavam assimilando o conteúdo. Alguns professores não eram formados no Magistério, o que trazia lacunas no aprendizado dos alunos. Assim formula Silva e Souza (2014, p. 25):

A técnica utilizada pela professora na sala de aula consiste em expor o conteúdo separado por série no mesmo quadro, e depois de uma breve explicação sobre o conteúdo passa para o próximo assunto. (SILVA e SOUZA, 2014, p. 25).

Embora possamos considerar que a profissionalidade docente vive em constantes construções, sendo iniciada dentro da formação de professores e posteriormente tendo continuidade por meio de seu exercício, modificando suas perspectivas ao longo da vida. Como aponta Santos (2017, p. 218):

A formação específica para os educadores do campo significa garantia de práticas coerentes com os valores e princípios do campo, reconhecendo as relações sociais que ali se estabelecem. Tal formação aponta o território campesino com suas formas peculiares de viver e não como extensão da cidade. Portanto, não se pode analisar a formação específica somente na perspectiva de valorização de saberes. É preciso compreendê-la, especialmente, na dimensão da autonomia e na organização de outra sociedade que negue qualquer forma de opressão. (SANTOS, 2017, p. 218).

As práticas dos professores que atuavam nas escolas isoladas eram orientadas através de documentos advindos dos programas de ensino, de modo que estes apresentavam de forma breve os conteúdos que os mesmos deveriam trabalhar.

Na Escola Rural Nestor Reis estas práticas também estavam presentes. O professor desempenhava várias funções; além de lecionar para todas as turmas do antigo ensino primário fazia o lanche, cuidava da sala de aula e administrava a escola.

A seguir discutiremos sobre a didática desenvolvida em sala de aula pelo professor na escola rural.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: ENCAMINHAMENTOS HISTÓRICOS

Na elaboração da pesquisa optou-se pela metodologia documental, bibliográfica e estudo de campo. Buscou-se embasamento através de estudos que dissertam sobre a Educação Rural com ênfase na formação de professoras nas diferentes cronologias, juntamente com materiais históricos das escolas rurais, visita de campo, investigando a suas práticas no contexto

rural. As palavras de Gil (2002) explicam em que consistem as pesquisas documental e bibliográfica:

[...] Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

Contudo, para análise dos dados obtidos no desenvolvimento do trabalho, adotou-se abordagem qualitativa, conforme explicam Bogdan e Biklen (1982) *apud* Lüdke e André (1986, p.11):

[...] a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. Por exemplo, se a questão que está sendo estudada é a da indisciplina escolar, o pesquisador procurará presenciar o maior número de situações em que esta se manifeste, o que vai exigir um contato direto e constante com o dia-a-dia escolar

A abordagem qualitativa permitiu maiores conhecimentos do campo pesquisado, possibilitando aos pesquisadores apropriações concretas dos aspectos escolares históricos da escola rural campo de investigação. Bem assim a pesquisa documental possibilitou o acesso, mesmo que rapidamente, a materiais salvaguardados que apresentam e representam a instituição no passado, como: cadernos de avisos, ata, fichas funcionais, de rendimento escolar dos alunos.

3.1 DIDÁTICA NAS ESCOLAS RURAIS ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1990

É necessário situar o momento histórico educacional. Conforme Brzezinski (2010, p. 186) “[...] as tramas legislativas e os embates entre dois projetos de sociedade e de educação foram e ainda são enredados por atores que se localizam em dois mundos cujo ideário é antagônico: o mundo vivido dos educadores e o mundo oficial.” Para ela, o mundo vivido é representado pelos educadores profissionais com ideais liberais que defendiam o Estado laico e democrático, assim como a escola básica única e gratuita para todos.

De outro lado posiciona-se o mundo oficial, representado pelos intelectuais católicos, na busca por recristianizar a nação, influenciados pela pedagogia tradicional. Esses “[...] antagonismos entre o ideário dos dois mundos encontra suas raízes no longo período de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional da primeira LDB, lei nº 4.024, de 20/12/1961.” (BRZEZINSKI, 2010, p. 188).



Durante o respectivo período, duas forças lutaram por concepções distintas. Segundo a autora, o Substitutivo Lacerda trouxe outra direção para o projeto da primeira LDB, direção esta que afrontava os ideais escolanovistas, representados pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) que buscava, entre outras metas, descentralizar o ensino e estabelecer um sistema nacional para a educação brasileira. Esse Substitutivo integrou objetivos dos sistemas particulares de ensino, refletindo interesses desse modelo de escola e dando força ao dualismo da educação, que estabelece um tipo de escola para ricos e outro para os pobres.

A autora esclarece o porquê da relação – igreja e mundo oficial: “Ainda que tais atores não se abrigassem sob a proteção explícita do poder da sociedade política e não representassem o poder estatal, a Igreja Católica mantinha forte influência na política educacional como aparelho ideológico do Estado.” (BRZEZINSKI, 2010, p. 189) Logo, aponta que a igreja tem sim participação na concepção da primeira LDB nº 4.024/61, visto a mesma ter em sua organização e conteúdo princípios dos representantes católicos.

Com o advento da segunda LDB nº 5.692/71, fruto de um período militar e ditatorial, o trabalho pedagógico fragmentou-se como no sistema fabril de divisão de tarefas; cada um desempenhava um trabalho individual e específico, sem ao menos ter uma noção do todo. O professor com exclusivo papel de executor de currículo (e de tarefas pré-estabelecidas), seguidor do livro didático como instrumento singular e única fonte permitida na ação docente, foi desvalorizado do mesmo modo que as suas funções de educador. Eficiência, produtividade, operacionalização, racionalização, foram os princípios lançados pelo tecnicismo e defendidos por ele, como única forma de obtenção do sucesso educacional e de transcender a situação do país (o índice de analfabetismo), em termos de ensino escolar.

Diante desse contexto conflituoso, entre forças divergentes e entre concepções pedagógicas distintas, a formação docente foi sofrendo influência direta. Nesse período, especialmente, o docente passa a ser formado basicamente para cumprir tarefas previamente elaboradas e planejadas pelo sistema. Sua metodologia estrutura-se na utilização de apostilas, cartilhas para a alfabetização e métodos focados no aprender a fazer, o que caracterizava a fase histórica em que o Brasil se encontrava.

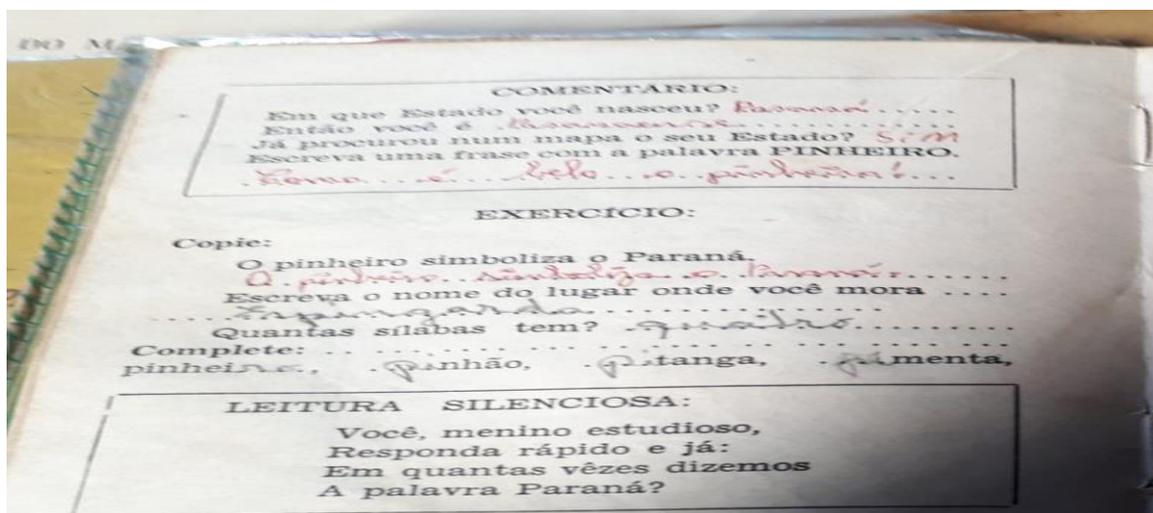
[...] o grande objetivo perseguido pelo governo dito revolucionário era o desenvolvimento econômico com segurança. Diante desse objetivo, a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era considerada um entrave que necessitava ser removido (SAVIANI, 2010, p. 367).

Quando contextualizado o momento na história tornam-se mais compreensíveis os fatos, as influências e os rumos tomados, e que respectivamente irão direcionar o futuro dos sujeitos envolvidos em todo o processo. Libâneo (2001) observa sobre a cultura da formação docente quando antigamente, mais que hoje, o curso de Pedagogia era totalmente voltado para a docência, limitando a mesma apenas ao ensino de crianças.

As práticas dos professores que atuavam nas escolas isoladas eram orientadas através de documentos advindos dos programas de ensino, de modo que estes apresentavam de forma breve os conteúdos que os mesmos deveriam trabalhar.

A seguir mostramos fragmentos da prática pedagógica dos conteúdos utilizados na Escola Isolada Nestor Reis:

Figura 2- Livro didático: Escola Rural Paranaense.



Fonte: Dados da autora, 2022.

Diana Vidal (2005) nos esclarece que a cultura escolar implícita no uso dos manuais escolares leva a compreender o funcionamento interno da escola, a operacionalização das práticas inter-relacionadas com a sociedade e o contexto histórico; ao entendimento de que saberes técnicos e reformas educativas interferem no desempenho da instituição. Segundo a referida autora, estes manuais privilegiavam os conteúdos a serem ensinados e principalmente as disposições metodológicas a serem observadas pelo professor.

Os textos em que a natureza e o amor ao trabalho, além de conteúdo moral fazem parte do conteúdo se destacam. Ao longo do livro também aparecem textos contendo informação científica, mostrando às crianças o interesse que se deve ter pelo cuidado com a natureza e com o corpo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou uma aproximação sobre o que foram as escolas rurais no Paraná, procurando em seus diversos aspectos resgatar as fontes primárias e secundárias no que se refere aos documentos que pertenceram a essas escolas, permitindo-nos obter uma aproximação com a História e a Historiografia da Educação.

Ao fazer este recorte temporal, o estudo enfocou na busca de compreender e contextualizar uma fatia dos aspectos que nortearam a formação docente, discutindo esta em um contexto geral. No segundo momento apresentou sobre a formação, retratando-a por meio de alguns registros encontrados, as dificuldades e estigmas vivenciados no âmbito escolar daqueles professores.

Compreende-se que as escolas rurais foram sem dúvidas as principais responsáveis por escolarizar uma parcela considerável da população. Sua característica básica, a de reunir em torno de um professor vários alunos de séries diferentes, data do século XIX e perpetua-se até hoje, embora na história da educação brasileira existam apenas vagas notícias sobre a educação rural.

Contudo, cabe ressaltar acerca do que professores efetivamente põe em prática, no seu cotidiano, sobre as variáveis que influenciaram o seu trabalho, sobre as influências da formação no seu métier profissional. Pois historicamente, sempre que se pensou em mudar a educação escolar, pensou-se na formação de professores, pensou-se no que os currículos de formação destes profissionais deveriam privilegiar para assegurar as mudanças desejadas.

REFERÊNCIAS:

ARRETCHE, M. Relações Federativas na Política Sociais. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, p. 25- 48, set./2002.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução a teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Regulamenta a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 1 set. 2022.



BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 1 set. 2022.

BRZEZINSKI, I. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 185-206, jul./out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n2/a02v8n2.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

D'AGOSTINI, A. A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas Educação. Revista do Centro de Educação, vol. 37, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 453-467.

EMERICK, G. D. A educação para as populações rurais brasileiras no contexto de descentralização do ensino e da universalização do ensino fundamental. Vitrais (UnB) , v. 02, p. 13-25, 2009.

FARIA, K.P. Escola Rural Multisseriada: Espaço de Relações. Dissertação-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação, 2011.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING; Jorge, C. P.R.C. (Orgs). Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. V. 4. Brasília/DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo atlas 2002.

JANATA, N. E; ANHAIA, E. M. de. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. Educação & Realidade, 2015, v.3, p.40.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Unicamp, 1990.

LIBÂNEO, J. C. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2001.

NEUBAUER, T; GRAUPMANN, E. História local de Porto Vitória (PR): a identidade histórica com destaque para a cultura alemã. PDE- Programa De Desenvolvimento Educacional- União da Vitória, 2013.

PARANÁ. SEED. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. 2006.

SANTOS, História da Educação no Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. Revista Teias v. 18, n. 51. 2017 (Out./Dez.): Micropolítica, democracia e educação.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

VIDAL, D. G. Culturas Escolares. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção Memórias da Educação).

